

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VI | Volume 18 | Nº 52 | Boa Vista | 2024

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.11177201>



VIOLÊNCIA POLÍTICA: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS MOBILIZADAS POR COMENTÁRIOS ANTIFEMINISTAS¹

Caroline Matos Romio²

Adriane Roso³

Resumo

O avanço do debate sobre os direitos das mulheres por políticas feministas, cuja arena de diálogo frequentemente é a internet, enfrenta oposição e mobilizações antifeministas. Considerando este contexto, o presente artigo busca analisar comentários difundidos em mídias sociais para compreender as representações sociais mobilizadas por antifeministas sobre a participação das mulheres feministas na política. O estudo, de cunho qualitativo, se dedica a explorar os registros em Diário de Campo, derivados de uma etnografia na internet. A análise e interpretação das informações deu-se à luz das teorias feministas e da Teoria das Representações Sociais. Os resultados indicam que as políticas feministas são depreciadas no seu intelecto, na sua aparência, tem sua imagem sexualizada, e são constantemente ameaçadas. Concluímos que por meio do argumento do desinteresse das mulheres pela política, da estetização das feministas, da acusação de imoralidade do feminismo e da negativa da violência política de gênero se produz um cenário que repercute em violência para as mulheres.

Palavras-chave: Etnografia; Feminismo; Representações Sociais; Violência.

Abstract

The advancement of the debate on women's rights by feminist policies, whose dialogue arena is often the internet, faces opposition and antifeminist mobilizations. Considering this context, this article seeks to analyze comments disseminated on social media to understand the social representations mobilized by antifeminists about feminist women's participation in politics. The study, of a qualitative nature, is dedicated to exploring the records in a field diary, derived from an ethnography on the internet. The analysis and interpretation of the information took place in the light of feminist theories and the Theory of Social Representations. The results indicate that feminist politics are belittled in their intellect, in their appearance, their image are sexualized, and are constantly threatened. We conclude that through the argument of women's lack of interest in politics, the aestheticization of feminists, the accusation of immorality of feminism and the denial of gender political violence, a scenario is produced that has repercussions in violence for women.

Keywords: Ethnography; Feminism; Social Representations; Violence.

INTRODUÇÃO

O debate mediado pelas mídias digitais tem produzido, reproduzido e transformado as compreensões sociais sobre o feminismo, sobre as mulheres e seus direitos cívicos e políticos. O movimento feminista tem se apropriado da internet para elaborar conhecimento e multiplicar ações na luta pelos direitos das mulheres. Apesar de a internet ser utilizada para ampliar e fortalecer as ideias feministas, ela tem servido de palco para a propagação de violência contra feministas sustentada em uma comunicação antifeminista.

¹ A presente pesquisa contou com o apoio institucional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Psicóloga. Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: carol.matosr@gmail.com

³ Docente da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutora em Psicologia. E-mail: adriane.roso@ufsm.br



A violência política antifeminista torna a internet um ambiente inseguro, injusto e menos inclusivo para as mulheres e meninas, uma vez que para que a democracia seja operante, de fato, ela depende de um discurso público aberto a diversas perspectivas sem excluir sistematicamente grupos ou vozes e sem perpetuar violências. No caso da violência política, ela impacta na participação das mulheres nos espaços de poder, limitando o seu acesso e tornando insegura a sua permanência. Tendo em vista o contexto descrito, o presente estudo justifica-se a medida que produz conhecimentos que podem denunciar essas violências e subsidiar o seu enfrentamento.

Considerando este contexto, objetivamos analisar comentários difundidos em mídias sociais para compreender as representações sociais mobilizadas por antifeministas sobre a participação das mulheres feministas na política. Por meio da etnografia na internet, acompanhamos três redes sociais: Facebook, Twitter e Instagram, atentando-nos para a violência direcionada às feministas que atuam na política formal. As informações foram registradas em Diário de Campo. A análise se sustenta nos referenciais da Teoria das Representações Sociais e das teorias feministas.

Este artigo está estruturado em cinco eixos distintos para abordar de maneira abrangente o tema pesquisado. No Referencial Teórico, contextualizamos a importância da participação política das mulheres feministas e o impacto dos discursos antifeministas, que promovem misoginia e afetam negativamente a participação das mulheres na política, criando um ambiente político hostil para elas. No Método descrevemos como ocorreu a etnografia na internet, os registros em Diário de Campo e a análise das informações obtidas com a pesquisa. Os Resultados apresentam as informações obtidas por meio da etnografia na internet. Na Análise e Discussão apresentamos a interpretação das informações da pesquisa à luz da Teoria das Representações Sociais e das teorias feministas. Por fim, nas Conclusões, sintetizamos os principais achados do estudo e refletimos sobre seus impactos na participação política das mulheres e na democracia.

REFERENCIAL TEÓRICO

O feminismo se baseia na luta pela equidade cívica e política entre homens e mulheres. O movimento feminista tem utilizado a internet para promover a comunicação, articulação, organização, mobilização e universalização de temas e ações que visam a estabelecer justiça social e equidade de gênero, assim como transformar a relação das mulheres com a tecnologia por meio da apropriação e do desenvolvimento das tecnologias digitais (BERNAL- TRIVIÑO; SANZ-MARTOS, 2020).

No entanto, devido à internet refletir a complexidade das dinâmicas sociais, a violência contra as mulheres se reproduz e atualiza em seu espaço. Considerando os pontos apresentados, podemos dizer que a internet é tanto um espaço para a luta e ação feminista por meio do uso e desenvolvimento de



tecnologias, quanto para a denúncia e enfrentamento das novas dinâmicas de violência associadas às iniquidades de acesso e aos abusos nas interações entre usuários e usuárias.

Dentre tais dinâmicas de violência, destacamos o antifeminismo na internet. Por definição, o antifeminismo refere-se ao movimento de oposição às reivindicações feministas. Tem similaridades com o *backlash* americano nos anos 80 descrito por Susan Faludi (2001), constituindo-se como um contramovimento que se sustenta na contradição às ideias, políticas e pessoas que compõem o movimento feminista. Ele gera articulação e engajamento entre seus membros e se adapta ao contexto cultural e histórico, e, ainda, se estabelece em relação dialética com as demandas e expressões do movimento feminista (CERNA, 2020; ALMAZOR; CANTELI; CONGOSTO, 2020).

Por se estabelecer de modo dialético ao movimento feminista, o antifeminismo não propõe seu próprio aparato argumentativo autônomo; ele se posiciona de forma reacionária e tenta ridicularizar e deslegitimar as expressões e reivindicações dos grupos feministas. Sua estratégia comunicativa visa a relativizar e criticar as denúncias do feminismo (WIGDOR; MAGALLANES, 2018). O antifeminismo tem utilizado os espaços digitais para a disseminação de ideias misóginas e contra igualitárias, aproveitando o alcance e repercussão que essas tecnologias proporcionam (BRAVO-VILLASANTE, 2023). Ou seja, as tecnologias podem servir para instrumentalizar e sofisticar a violência antifeminista, tanto no sentido de deslegitimar o movimento, quanto de ridicularizar ou até mesmo agredir mulheres feministas.

Sandra Beltrán, Salomé Morales e Macarena Conde (2022) propõem cinco categorias abrangentes para definir as ações antifeministas. A primeira refere-se ao fato de que elas podem se voltar para desinformar, manipular, contaminar o debate público. A segunda é que elas se prestam a polarizar o debate. A terceira descreve que estas ações objetivam isolar as mulheres feministas e reforçar espaços de discurso antifeminista. A quarta especifica que elas se prestam à ridicularização, intimidação e geração de discurso de ódio contra feministas e, por fim, a quinta categoria de ações descreve que elas têm o intuito de assediar, abusar e violar.

Estudo realizado no Reino Unido sinaliza que 88% das mulheres que usam o Twitter para debates feministas relataram sofrer violência, no Facebook 60% delas foram alvo de violência, 46% das usuárias regulares de blogs e 29% das usuárias de sites de notícias também foram vítimas (LEWIS; ROWE; WIPER, 2017). Outro estudo, corrobora os dados a partir de feministas e ativistas chilenas, segundo as entrevistadas, 71,2% declararam expressamente terem sido vítima de violência na internet (SOTO; SÁNCHEZ, 2019). Levando em consideração essas informações, pensamos ser relevante compreender como as violências na internet têm expressado o antifeminismo no contexto brasileiro.



Tendo em vista esta realidade, podemos dizer que as redes on-line têm participado na instituição e propagação de significados partilhados por membros de grupos na atualidade. Alda Mazzotti e Pedro Campos (2019) sinalizam que a produção de sentidos pelo senso comum passou a integrar o uso de ferramentas digitais de comunicação. Com isto, a internet e as novas tecnologias têm adquirido papel significativo na difusão e articulação de representações sociais.

Para pensarmos o conceito de representações sociais, retomamos a contribuição de Serge Moscovici (2012). O autor sugere que representações sociais são conhecimentos elaborados e compartilhados socialmente. Elas são compostas pela integração dos aspectos subjetivos e sociais do conhecimento humano e os elementos mentais e materiais da vida social. Por isso, elas se localizam na interface da realidade psíquica e da realidade social.

Tendo isto em vista, podemos afirmar que as representações são produtos da coletividade humana e se sustentam na memória socialmente compartilhada. À medida que representações sociais são a base da comunicação do senso comum, elas possibilitam a articulação de novos saberes, permitem, também, que as pessoas produzam saberes sobre si e os grupos sociais.

Na internet, os movimentos antifeministas costumam se articular às expressões de racismo e homofobia, aos movimentos nacionalistas, aos movimentos anti-imigratórios e aos movimentos populistas radicais de direita. A ascensão da nova direita populista no mundo, que tem sua disseminação fortemente apoiada pelos discursos de ódio na internet, está associada a expansão do neoliberalismo que retirou as pautas de gênero da esfera política e relegou diferenças estruturais a problemas individuais (BONET-MARTÍ, 2020). Mulheres feministas destacam a importância da manutenção das pautas de gênero na esfera política para a constituição de uma sociedade mais justa e equitativa. Tendo isto em vista, quando pensamos na atuação de mulheres feministas na política formal, interessa perceber que a violência antifeminista na internet figura como ferramenta de violência política de gênero.

A representação das mulheres na política é fundamental para uma governança inclusiva e eficaz. Superando barreiras culturais, estruturais e estereótipos de gênero, as sociedades podem criar um ambiente político mais equitativo e democrático. A inclusão política das mulheres permite resultados de políticas aprimorados, governança democrática e empoderamento social e econômico. Ainda, a presença de mulheres em instituições políticas está associada a uma maior atenção a questões específicas de gênero, como direitos reprodutivos e violência de gênero (GOSWAMI *et al.*, 2023).

Lembramos que a participação política das mulheres enfrenta desafios, frequentemente o poder de decisão das mulheres na política está condicionado à vontade de homens que ocupam cargos de poder, ainda, o preconceito contra mulheres em cargos políticos é comum, assim como a exclusão delas de comitês e outros espaços de decisão. Tendo isto em vista, podemos dizer que a representação das



mulheres em assentos na estrutura administrativa dominada por homens tem enfrentado desafios (NAZ; MUSHTAQ; SIKANDAR, 2024).

Dentre os desafios da participação política das mulheres está a violência contra elas, o que, segundo Tássia Pinho (2020), na política brasileira configura elemento naturalizado. A violência política contra as mulheres tem como objetivo limitar a participação política de uma mulher como mulher, não como membro de partido ou como defensora de posições ideológicas. Isto faz com que este tipo de violência seja distinto de outros atos de violência, inclusive no âmbito da política.

Destacamos que as vivências das mulheres possuem particularidades, mulheres negras e indígenas sofrem a violência por serem mulheres e pela sua raça e etnia. A violência política enfrentada por elas vem da deslegitimação de suas trajetórias, do não reconhecimento das situações de vulnerabilidade psicossocial, econômica e jurídica que as sobrecarregam. Frequentemente, suas experiências não são acolhidas, escutadas e centralizadas dentro dos movimentos de luta pelos direitos das mulheres (ROCHA, 2021).

O somatório da ausência das mulheres no ambiente político de tomada de decisão associada à violência política contra as mulheres reforça que o ambiente político não é um ambiente destinado à participação das mulheres, o que repercute em um desincentivo para que mulheres construam carreiras políticas (PINHO, 2020). Ainda, a situação de sub-representação política das mulheres no Brasil, demonstra de modo evidente as implicações das desigualdades de gênero no País e se associa a outras assimetrias sociais.

Diante disto, podemos dizer que o feminismo tem encontrado na internet um espaço para promover a comunicação, articulação e organização em prol da justiça social e da equidade de gênero. Contudo, a internet também serve como palco para a reprodução e atualização da violência contra as mulheres, como é o caso das expressões antifeministas. Para o enfrentamento dessas violências, bem como o estabelecimento da democracia efetiva, se faz importante a presença de mulheres feministas na política. No entanto, a participação política das mulheres enfrenta desafios, incluindo a violência política que é naturalizada no contexto brasileiro.

MÉTODO

O presente estudo é derivado do projeto de pesquisa de doutorado “Mulheres Feministas: problematizando violências na internet”, o qual tem vínculo com o projeto denominado “Politics of Reproduction in the Cyberworld: Studies on Contraceptive Technologies, (In)fertility, and Social Representations of Masculinities/Femininities”, ambos projetos aprovados pelo Comitê de Ética em



Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria (CAEE 20532119.4.0000.5346 e 53383121.1.0000.5346, respectivamente).

Na construção do estudo, o método de busca pelas informações consistiu de uma etnografia na internet, com registros em um Diário de Campo online, proposta que permite acompanhar os fluxos da rede para compreender as dinâmicas das relações e as representações que delas podem ser apreendidas. A etnografia na internet se sustenta nas contribuições de Christine Hine (2004, 2015). A autora constitui sua teoria sobre a centralidade da familiarização e exploração do campo que será estudado, aspecto que ela transpõe dos estudos etnográficos tradicionais para aqueles realizados na internet. Para ela, a etnógrafa deve se dedicar a imergir na internet, observando as diferentes produções de sentidos, saberes e representações compartilhadas pelas pessoas neste espaço, também, atentar para as vivências sociais proporcionadas pelas redes digitais. Para Hine (2004), as questões de pesquisa irão preceder a imersão no campo e irão direcionar a exploração na internet e os percursos escolhidos pelas pesquisadoras.

A etnografia na internet, consiste em um recurso metodológico qualitativo que possibilitou a busca por informações por meio da imersão nos espaços de convivência e interação entre as pessoas. As observações foram registradas em um Diário de Campo online, configurando-se em uma ferramenta de pesquisa que possibilitou às pesquisadoras a produção de reflexividade sobre as suas implicações com o campo estudado. A escrita do Diário integrou a descrição dos procedimentos do estudo, do desenvolvimento das atividades realizadas e das percepções, impressões e sentimentos das pesquisadoras, também permitiu que a observação fosse articulada aos campos teóricos na produção de sentidos para os fenômenos observados.

A partir da nossa imersão no Facebook, Twitter e Instagram seis dias por semana, aproximadamente três horas por dia de janeiro a agosto de 2022, acompanhamos as postagens de perfis, páginas e grupos feministas e seus comentários, atentando-nos especialmente para aqueles conteúdos que sinalizassem para as dinâmicas de violência antifeminista na internet e resistência feminista. Todas as postagens observadas que estivessem vinculadas ao tema foram convertidas em imagens e integradas ao acervo de informações da pesquisa, totalizando 672 registros. No presente artigo, iremos direcionar nossa análise ao material obtido com a pesquisa para o recorte dos comentários com conteúdo violento contra mulheres feministas que atuam na política formal.

Quanto à análise das informações, cabe sinalizarmos que esta pesquisa tem o compromisso com a abordagem narrativa e dialógica dentro da Teoria das Representações Sociais, visto que centra sua atenção nas produções discursivas e textuais que valorizam as subjetividades e as relações sociais, também há um compromisso com as teorias feministas. Para a elaboração do *corpus* seguimos um sistema crescente em que há uma sequência de etapas: primeiro uma seleção preliminar, seguida da



análise desta variedade, que desencadeia nova seleção até que a ampliação do *corpus* encontre mais variedades. Desta forma, apoiando-nos em Martin Bauer e Bas Aarts (2002), a análise se constituiu como movimento integrado ao levantamento das informações, e direcionou novas explorações das informações

Para que este processo ocorresse retomamos constantemente os objetivos da pesquisa, e através de um diálogo com eles observamos quais representações sociais foram identificadas, e explicamos os aspectos da teoria que estes resultados recuperam (ARRUDA, 2014), também, em que medida eles permitem avançar através da constituição de campos culturais que permitem compreender como se organizam as redes de representações e quais as características que as fazem mais ou menos compartilhadas pelos grupos. Por serem uma tradução da realidade, as representações sociais precisam ser explicadas à medida de o que elas traduzem e porque traduzem de determinada forma. Para fins de apresentação e análise, nos detivemos aos dados textuais.

Na descrição das postagens e comentários ocultamos o nome dos seus autores e autoras, ainda que estas escritas estejam disponíveis em espaço aberto da internet. Isto se deve ao desejo de preservar a identidade das mulheres feministas, evitando que elas sejam visadas na produção de mais violência. Quanto aos autores e autoras da violência antifeminista, nos interessa compreender como eles produzem e socializam saberes sobre o feminismo. Dessa forma, a intenção não é compreender os sujeitos individualmente, mas produzir um mosaico de falas e sentidos compartilhados.

RESULTADOS

Observamos na internet a narrativa que alega que há um desinteresse das mulheres pela política, como fica evidente nos comentários: “Deve ser porque as mulheres são as que menos se interessam por política, até nada impede elas de entrarem”; “Se as próprias mulheres não se interessam em entrar pra política, tendo em vista que nada as impede, então o problema não é dos homens”; “Não entendo essa obsessão em querer igualar tudo, existem diversas áreas em que mulheres são maioria. Todas as leis de proteção às mulheres, foram aprovadas ainda com homens como maioria na política”. Há, em alguns comentários, a percepção de que os avanços das mulheres no acesso aos direitos políticos e sociais se devem aos homens, como nos que seguem: “Tudo isso graças a um homem que permitiu. Kkkk”; “Não se trata de certo ou não, se trata de que tudo isso foi permitido por um homem, aliás até hoje, o próprio Bolsonaro foi um dos que mais criou leis a favor de vocês, para de choro”.

Também há comentários destinados a depreciar a aparência e o intelecto das políticas feministas, o que podemos nominar como narrativa de estetização das mulheres políticas, o que se coaduna com



interseccionalidades nas violências sofridas. Esta narrativa se expressa em três camadas que se interconectam, a primeira ataca a aparência física, quando certos comentários reforçam uma expectativa social de que mulheres estão nos espaços públicos para agradar ao olhar dos homens. Dessa forma, no perfil de uma única Deputada, para fins de exemplo, foram colhidos os comentários: “Tem como não filmar sua cara? Para ser chamada de ‘feia’ você tinha que melhorar muito!”; “Volta para o mar assombração”; “Que cara medonha, que coisa esquisita”.

A segunda camada também concerne à aparência, mas volta-se ao aspecto da sexualização das mulheres que seguem carreiras públicas. Em postagem de uma Vereadora que condena fala racista de um colega, o comentário “Gostosa”. Na divulgação de projetos, por uma Deputada, voltados para o acesso de direitos às mulheres mães, o comentário: “Deliciosa essa deputada”. Na divulgação de livro sobre violência de gênero na política, uma Deputada, que não está mais em exercício, sofre violência, ao fazer postagem relatando a violência sofrida recebe o comentário: “Olha esses peitos grandões e gostosos”. No Facebook, a foto desta Deputada foi utilizada para ilustrar página intitulada “Gostasas e Burras do Jeito que Eu Gosto”.

A terceira camada pode ser entendida como intelectualização. Há comentários que se destinam a depreciar o intelecto das mulheres feministas na política, a sua atuação e as condições de suas faculdades mentais, como os que seguem: “Falou pouco mas falou merda”; “Não sei se você é realmente burra ou faz de propósito, é lamentável você ter voz e influenciar pessoas”; “Oh mulher burra do caralho você, hein! Vai procurar emprego de verdade sua besta”.

A estetização possui particularidades quando vivenciada por mulheres negras e indígenas. Uma líder negra do movimento político jovem, candidata à Deputada na época da postagem, denuncia a intersecção entre violência de gênero e de raça, conforme segue: “Violência política de gênero também tem a nossa cor como alvo principal. Esses são apenas alguns das centenas de comentários que tenho recebido desde que anunciei minha pré-candidatura”. Ela deixa em destaque a cópia dos comentários: “Por favor, candidate-se a minha escrava sexual”; “Só fico imaginando quem teria coragem de te assediar. kkkk”; “O cu preto. kkkk”.

Em postagem de uma Deputada negra que defende a ocupação do governo por mulheres, mães e negras, há comentário deslegitimando a identidade étnica da autora e propagando ofensas racistas: “Você é parda (nome da Deputada), e tem cabelo bom ou alisa”; “O que prende o negro é esse discurso vitimista, graças a Deus nunca me chamou a atenção”. Há comentário deslegitimando o intelecto da autora e a associando com cavalo ou burro: “O que a cor da pele tem com a capacidade de governabilidade? Não entendi, consegue relinchar para a gente?”. Quanto à violência contra mulheres



periféricas, em postagem da mesma Deputada, que denuncia ação agressiva da polícia em comunidade no Rio de Janeiro, o comentário: “Esterilização em massa já nessas favelas!”.

Atual Ministra e Deputada, uma mulher indígena e líder política tem sua identidade questionada nos comentários das suas postagens: “Índia branca?”; “Se isso for índia, sou alemão!”. Ainda, a própria legitimidade de a população indígena estar nas redes sociais é questionada em um comentário intolerante presente em outra postagem dela: “Lugar de índio não é nas redes sociais!”.

Outra narrativa presente nas mídias sociais refere-se à imoralidade. Um comentário observado parece sintetizar a percepção antifeminista sobre a inclusão de mulheres feministas na política: “Feministas são mulheres desvirtuadas. O que iriam fazer na política? Criar confusão e caos. Feministas são desassociadas da realidade e de princípios norteadores. São péssimas como seres humanos porque olham só para seus umbigos e sua classe”. Este comentário sinaliza para o feminismo como desvirtuado, desassociado de princípios, representante do caos.

Ainda, percebemos que a defesa da descriminalização do aborto feita por mulheres feministas que estão na política é associada a questões morais e religiosas, especialmente em articulação com o que seria o “mal” e o “demônio”, como nos comentários: “Saí para lá demônio”; “Satanás nesse momento está orgulhoso de você”; “Matadora de bebês, se cale, nojenta, vai arder no inferno”.

A defesa pela descriminalização do aborto é utilizada para deslegitimar toda trajetória política de uma mulher, como no excerto: “O nome disso é apologia ao crime. Defender o assassinato de bebês. Você dá nojo. Seu mandato (e único), está perto do fim. Você é um desserviço a esse país”. Ainda, quando as representantes políticas que defendem a descriminalização do aborto postam fotos pessoais com seus filhos, sofrem ataques como nos comentários: “Maternidade para você e aborto para as outras”; “Coitada dessa criança, que Deus tenha misericórdia desse anjinho”.

Em uma postagem que divulga foto com três políticas feministas, encontram-se os comentários: “Me disseram que as vassouras estavam na oficina”; “Pensei que no encontro, foi cada uma em cima de uma vassoura”; “Que susto, anteciparam o *halloween*?”; “Meu Deus, que medo, três bruxas”. Estes comentários ilustram a associação de feministas com bruxas, recorrente nos discursos antifeministas. A referência a vassouras se deve ao fato de que, no imaginário social, bruxas supostamente se locomoveriam com vassouras.

No que tange à moralidade, há associação do feminismo com o Nazismo através do uso recorrente do termo “feminazi” em comentários endereçados a mulheres na política. Em alguns casos o termo é o único elemento do comentário, em outros ele integra frases: “Não espere lógica em cabeça de feminazi”.



Observamos comentários recorrentes que negam a violência, como se ela não existisse e, mais grave, fosse uma invenção descabida das mulheres. Uma Deputada debate o tema da violência política de gênero em uma postagem, nesta encontramos o comentário: “Violência política de gênero? De onde vocês ficam tirando tanta asneira? Jesus do céu! Porque que ao invés de ficar criando narrativas idiotas, não fazem projetos que de fato torne interessante para a mulher o debate político?”.

Registramos, durante a etnografia, comentários com ameaças indiretas contra políticas feministas. Por exemplo, uma Deputada realiza postagem em que denuncia o aumento dos feminicídios possivelmente associado à política de ampliação do acesso a armas, adotada na gestão do Presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), e recebe o comentário: “Tomara que nenhuma dessas armas dispare acidentalmente na sua casa e te acerte Dona (Nome da Deputada)”.

Ainda, o comentário destinado a uma Deputada, que não está em exercício, nos chamou atenção: “Vai tomar o seu remédio para emagrecer, vai.”. Ele foi lançado no contexto em que se noticiava, no país, que uma cantora, possivelmente, havia falecido em decorrência de complicações pelo uso de medicamentos para emagrecer. Percebemos com os resultados da pesquisa que os comentários violentos deixados em postagens, costumam ser agressivos, mas não pessoalizados, frequentemente não possuem correlação direta com o conteúdo da postagem à qual comentam, são difamatórios, e, usualmente, não incluem ameaças diretas.

Em contrapartida, as mensagens diretas (ferramenta presente nas redes sociais que permite a comunicação privada) enviadas para as mulheres feministas contendo ameaças, quando tornadas públicas por elas, demonstram serem pessoalizadas e com descrição detalhada de violência física. Isso fica evidente no caso denunciado por uma Deputada: “Quinta-feira passada recebi um e-mail de uma pessoa ameaçando me estuprar e matar na frente do meu filho de 1 ano [...]”. Uma Deputada transexual, na época da postagem Vereadora, faz a denúncia: “Recebi outra ameaça de morte do grupo neonazista que frequenta fóruns e ambientes virtuais de onde surgiram os terroristas que cometeram o Massacre na escola em Suzano”. Ela ainda informa que foi desligada do seu trabalho anterior como professora após o mesmo grupo enviar e-mails para a escola em que trabalhava ameaçando que “transformariam a escola em um mar de sangue” caso ela continuasse a dar aulas lá.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Acompanhar os comentários antifeministas com o intuito de compreender, por meio dos comentários difundidos em mídias sociais, as representações sociais mobilizadas, na internet brasileira, sobre a participação das mulheres feministas na política, nos conduziu a certas narrativas que visam



constringir as mulheres que adentram às esferas formais da política. Observamos pelo menos quatro narrativas que se potencializam: (a) desinteresse das mulheres pela política formal, (b) estetização das mulheres, organizada em três camadas – aparência física, sexualização e intelectualização, (c) imoralidade do feminismo e (d) negação da própria violência.

Marlise Matos (2022) conceitua a violência política contra as mulheres como aquela que emprega o uso da violência física, psicológica, moral ou sexual para restringir ou impedir a atuação das mulheres na vida pública, política e partidária. A autora destaca que esta forma de violência se intersecciona com outras violências decorrentes de discriminação em relação a raça e etnia, orientação sexual, classe social, pertencimento a algum movimento social, entre outras. No caso estudado, se identificar como mulher e como feminista configura dupla intersecção que pode potencializar a violência política, soma-se a isto o fato de que a violência pode ser intensificada também devido à raça e etnia das mulheres.

A diferença fundamental entre violência política de gênero e violência política em geral é que a violência política de gênero visa limitar a participação das mulheres na política especificamente por causa de seu gênero. Isso significa que as mulheres são alvo de violência política devido ao simples fato de serem mulheres, o que reflete e reforça as desigualdades de gênero existentes na sociedade. Enquanto isso, a violência política em geral pode afetar qualquer pessoa na política, independentemente do gênero, e pode ser motivada por uma variedade de razões, como questões ideológicas, disputas de poder ou rivalidades políticas (OSWALD, 2022).

O objetivo da violência política contra as mulheres é fazê-las abandonarem a política e desistirem do debate público. Esta violência inicia com a candidatura, e persiste durante todo o período de ocupação do cargo político específico através da pressão para o abandono dele (MATOS, 2022). Percebemos nos comentários a mobilização de representações sociais sobre as mulheres que reforçam que elas não devem ocupar o espaço da política e ao ocuparem este espaço, os comentários deslegitimam suas motivações, suas capacidades e as suas atuações.

As teorias feministas têm demonstrado que as características entendidas como femininas ou masculinas configuram atribuições sociais que sofrem modificações em diferentes culturas e períodos históricos. Estas atribuições são compreendidas de modo hierárquico, segundo Pinho (2020), a atribuição de uma posição de mando aos homens e de submissão às mulheres desencadeia que as últimas sejam vítimas de violências específicas que não podem ser compreendidas se não se leva em consideração o seu gênero.

Por serem compreendidas como em uma posição de submissão, às mulheres são representadas como frágeis, subservientes, incapazes. Em decorrência da divisão sexual do trabalho, elas são



responsabilizadas pelo trabalho de reprodução da vida e constringidas ao ambiente doméstico. Silvia Federici (2017; 2018; 2019) propõe que a dominação e a exploração das mulheres, bem como as relações de poder em nossa sociedade estão relacionadas e são reforçadas pelos processos de produção e de reprodução da vida. Isto em razão de o capitalismo se sustentar na divisão sexual do trabalho, na qual o trabalho de reprodução da vida é invisibilizado como um não-trabalho e naturalizado como uma expressão de afeto desenvolvida pelas mulheres.

Tendo em vista a divisão sexual do trabalho, as mulheres seriam “desinteressadas” em relação à política, portanto, o debate feminista pela inclusão política das mulheres seria uma “obsessão em querer igualar tudo”. Por fim, há a representação circulante nos grupos antifeministas de que são os homens aqueles capazes de participar da democracia representativa e “conceder” os direitos às mulheres, reforçando a falácia já criticada por Carole Pateman, que “todos os homens são bons o suficiente para serem senhores das mulheres; a liberdade civil depende do direito patriarcal” (2020, p. 337).

Aqui percebemos a cidadania fraturada atribuída às mulheres, argumentada pela via da invenção de “uma cidadania patriarcalista”, a qual se sustenta no discurso político universal acerca das mulheres, de seus corpos, de suas sexualidades, e em um modelo político e filosófico liberal, onde o indivíduo supremo é o homem. Matos (2022) sustenta a hipótese de que a política formal constitui o bastião de manutenção das estruturas de opressão e domínio masculino em oposição aos processos de democratização de gênero/sexualidade e raça/etnia. Observamos que este bastião tem contado com o uso da internet como ferramenta para a disseminação da violência contra mulheres atuantes na política e para a dispersão de representações sociais antifeministas.

No que concerne à estetização das mulheres feministas na política, observamos que os ataques também sinalizam para as representações sociais compartilhadas sobre mulheres. Como já descrito, as representações sociais permitem aos sujeitos e grupos produzirem significados para a realidade. Tais significados podem estabelecer dinâmicas coercitivas ou transformadoras nas relações sociais e no modo das pessoas compreenderem e atuarem na realidade.

As representações sociais são elaboradas a partir de dois processos fundamentais: a objetivação e a ancoragem. A objetivação torna possível a compreensão de um novo elemento por meio da sua materialização, ela permite que o abstrato se torne algo concreto para o conhecimento, por meio de uma imagem acessível. Por sua vez, a ancoragem mobiliza um processo da cognição que busca reconhecer e destacar características que se supõe familiares no desconhecido (MOSCOVICI, 2005).

Quanto à objetivação, ela se dá por meio da naturalização do objeto, ou seja, é construído um modelo por meio de uma imagem, o que transforma o conceito em categoria de linguagem e entendimento. A objetivação também permite a categorização, ou seja, a representação social torna-se



um instrumento para o ordenamento e a classificação do representado (MOSCOVICI, 2005). Quando ponderamos que mulher descreve uma categoria, que é transformada devido ao contexto social e histórico, e que serve para a manutenção de relações hierárquicas, podemos inferir que mulher é uma representação social, assim como homem.

Ao apresentarmos os comentários antifeministas, percebemos que a objetificação das mulheres ocorre por meio de uma objetivação, uma vez que as mulheres são transformadas em imagens, como uma categoria de expressão única, que deve corresponder a um padrão de beleza limitador. Assim, é naturalizada exclusivamente uma imagem possível para as mulheres, que serve aos desejos dos olhares dos homens. Quando as mulheres são avaliadas em correspondência a esta imagem são categorizadas como “gostosas”, quando não correspondem, são categorizadas como “feias”. Aqui há um modo de operar que nominaremos “fragmentação estética fundacional” da mulher, onde se separa corpo e mente sempre apostando na negatividade da representação, o que nos remete à dicotomia imposta pelas “epistemologias fundacionais” (MARKOVÁ, 2006, p. 30), quando uma parte da representação é desconectada da outra de modo a construir e reforçar imagens universais sobre as mulheres que levam as pessoas a tomarem as classificações circulantes como verdades.

Ao pensarmos na centralidade da aparência, observamos a associação das mulheres novamente com a função do trabalho reprodutivo (FEDERICI, 2018). Deste modo, segundo os comentários, as mulheres precisam ser atraentes, se destinar ao trabalho da sexualidade, da reprodução e do cuidado. A avaliação estética das mulheres políticas se propõe a lembrar a todas as mulheres que possam ler o comentário que a elas se destina o espaço doméstico e que todas estão sob o julgo do olhar dos homens.

Ainda, pelo trabalho de reprodução da vida ser compreendido como inerente e natural à vivência das mulheres, elas não precisariam supostamente desempenhar trabalho intelectual para cumprirem o seu papel designado socialmente. Daí que nas representações sociais mobilizadas por antifeministas, mulheres na política são compreendidas como “burras”, para elas, este não é entendido como “trabalho de verdade”.

No que tange à estetização em intersecção com o racismo e o preconceito contra as populações indígenas, retomamos o que Matos (2022) disse, há vários estigmas historicamente atribuídos às mulheres negras e indígenas, tais como a objetificação por padrões de hipersexualização. Ainda que a sociedade esteja vivenciando transformação nas dinâmicas de opressão de gênero e raça, no campo da política formal ainda prevalecem estereótipos e estigmas.

Por isto, cabe pensarmos as interseccionalidades no cruzamento dos eixos de raça, classe e gênero nas estruturas sociais de dominação (CRENSHAW, 1989). Tendo em vista a observação da pesquisa, podemos dizer que mulheres negras e indígenas sofrem violência por serem mulheres,



feministas e pela sua raça e etnia, o cruzamento das suas identidades faz com que elas sejam expostas à violência intensificada. Neste sentido, Rocha (2021) sugere que é essencial a convergência de diferentes perspectivas do feminismo, a fim de garantir que a ampla gama de mulheres seja representada em um movimento social que busca falar em nome delas, levando em consideração suas particularidades.

Na associação entre o feminismo e uma suposta expressão de imoralidade, feministas seriam as representantes do “caos”, e como caos seriam categorizadas como “desvirtuadas” e desviantes à medida que desacomodam representações sociais sobre mulheres. A noção de caos é muito emblemática para entendermos as representações sociais sobre as mulheres. A palavra “caos” tem o significado atual de confusão e desordem. Entretanto, em sua origem primitiva, *Kháos* deriva do termo grego “*khínein*” que significa abrir-se ou entreabrir-se, associado a noção de fenda. Pode ser entendido também como um espaço vazio ou algo indefinido (MARTINS, 1994). E é justamente a denotação deste significado que torna as mulheres, principalmente aquelas que se envolvem diretamente com a política, muito assustadoras. “O que é uma mulher?”, é a pergunta que muitos fazem (às vezes secretamente) e que parece não ter respostas únicas, haja vista que elas representam esta incógnita.

Neste eixo, e ligado ao caos, encontramos representações sociais que se ancoram na “caça às bruxas” que foi uma guerra, que ocorreu nos séculos XVI e XVII, mobilizada pela associação do Estado com a Igreja contra às mulheres. As mulheres foram perseguidas, torturadas e assassinadas sob acusações de que incorporariam o demônio ou agiriam em seu interesse. Tal contexto foi fundamental para o estabelecimento da divisão sexual do trabalho que permite a compreensão das dinâmicas de dominação a que as mulheres estão submetidas ainda hoje (FEDERICI, 2017; 2018).

A caça às bruxas teve um papel importante no confinamento das mulheres ao trabalho doméstico e não remunerado. Este trabalho associado à apropriação das terras coloniais e à exploração de populações por meio do trabalho escravo foi indispensável para a ascensão do capitalismo nascente a época (FEDERICI, 2017; 2018). Assim, o capitalismo se sustenta na divisão sexual entre o trabalho produtivo e o reprodutivo, e a divisão entre as mulheres conforme sua raça e etnia.

Em concordância com Iara Beleli (2022), percebemos que o estereótipo das feministas reitera o ódio presente em certas crenças religiosas maniqueístas, neste caso, o mal é encarnado nas feministas, e os valores morais constituem retórica política utilizada como instrumento para deslegitimar as lutas por direitos civis. Na retomada da noção da bruxa, na associação com o que há de satânico e demoníaco, o feminismo é representado como o mal em essência.

A noção da bruxa objetiva as feministas, faz delas imagem, além disso, ancora na perspectiva histórica a sua representação. Federici (2017) destaca que as bruxas eram mulheres subversivas que foram condenadas em uma estratégia de violência e submissão de todas as mulheres. Era justamente os



comportamentos insubmissos no campo da sexualidade e da reprodução que desencadeavam as acusações mais frequentes de bruxaria. Mulheres eram condenadas à fogueira especialmente pela acusação de comportamentos libertinos, geralmente associados a uma hostilidade em relação à reprodução da vida. As bruxas eram normalmente mulheres que dominavam saberes e técnicas para a contracepção.

Ainda, pelas bruxas serem associadas com a encarnação ou “possessão” do que seria demoníaco, Federici (2017) nos lembra que esta associação teve profundas consequências para a condição das mulheres no mundo capitalista construído em associação com a caça às bruxas. Isto dividiu as mulheres, ensinou que a cumplicidade contra as bruxas, através da submissão à liderança dos homens, poderia significar proteção para as mulheres serem salvas das fogueiras. Além disto, ensinou que se as mulheres poderiam encarnar o demônio, a suspeita de que elas estivessem endemoniadas as acompanharia ao longo de toda a vida.

Federici (2017) demonstra que o mito da velha bruxa com uma vassoura faz referência a um símbolo fálico e estaria vinculado à repulsa causada por uma sexualidade não procriativa. Este imaginário se relaciona com a nova moral sexual estabelecida através da caça às bruxas que nega às mulheres não férteis o direito à vida sexual. A sexualidade, na perspectiva da divisão sexual do trabalho, só tem intuitos de busca por prazer aos homens, ficando as mulheres restritas à sua experiência associada a reprodução.

Na atualidade, cabe observarmos, segundo Federici (2019), que as políticas proibicionistas quanto ao acesso ao aborto seguro também respondem a dispositivos para a regulação da oferta de mão de obra. A autora nos lembra que colapsos nas taxas de natalidade e aumento nos divórcios podem indicar instâncias de resistências das mulheres à disciplina do trabalho reprodutivo. Por isto que estes temas ainda hoje desencadeiam reações intensas dos que querem assegurar a manutenção do *status quo*.

Ainda, o termo “feminazi” atribuído às mulheres políticas feministas está conectado à Segunda Guerra Mundial, acontecimento que não apenas teve como resultado o assassinato de minorias sociais (judeus, ciganos, homossexuais, entre outras), como transformou o lugar e as práticas das mulheres, tanto no campo reprodutivo/sexual como no mundo do trabalho. Isto porque à medida que os homens se deslocaram para a guerra, às mulheres se integraram massivamente ao trabalho industrial dito produtivo, com isto, ampliou-se o seu poder na tomada de decisões no campo sexual e reprodutivo à medida que elas obtiveram algum nível de autonomia devido ao reconhecimento social do seu trabalho e ao seu acesso aos salários.

Segundo Beleli (2022), neste termo há uma noção de revanchismo do feminismo contra os homens, sinalizando para o feminismo como violento e autoritário. Lembramos que este termo foi



popularizado pelo conservador Rush Limbaugh (1992), para produzir uma associação do feminismo ao Nazismo, devido à luta feminista pelo acesso ao aborto seguro, uma vez que o autor entendia que o aborto provocaria a morte de pessoas, no que ele nomeou de “holocausto moderno”. O termo “feminazi” tem sido popularizado nas redes sociais.

Em síntese, na associação de feministas com bruxas e na articulação do seu fazer na política com o termo “feminazi”, o feminismo como saber social é ancorado em dois dos eventos mais violentos da história humana, a Caça às Bruxas e à Segunda Guerra/Nazismo. Configurando, assim, a guerra às minorias sociais como uma das táticas mais potentes para desqualificar, desrespeitar, violentar mulheres.

Por fim, há os comentários que negam a existência da violência política de gênero. Esta parece ser a violência que naturaliza todas as outras. A misoginia é transformada em uma fantasia das mulheres e não reflete as dinâmicas de violência estabelecidas nas relações sociais de gênero. As violências estruturais contra mulheres são tratadas como distorções da percepção individual de algumas mulheres, novamente suas capacidades emocionais/intelectuais são depreciadas.

Destacamos que, segundo Gianmarco Daniele, Gemma Dipoppa e Massimo Pulejo (2023), as políticas mulheres são mais frequentemente alvos de violência em comparação com os homens e que a violência é motivada pelo gênero. No contexto italiano, mulheres na política são atacadas, em média, três vezes mais que os homens, e a violência pode decorrer de duas fontes distintas: motivações baseadas em identidade e divergências na formulação de políticas. Os ataques se concentram onde o empoderamento das mulheres na política é mais alto, reforçando a hipótese de uma reação misógina.

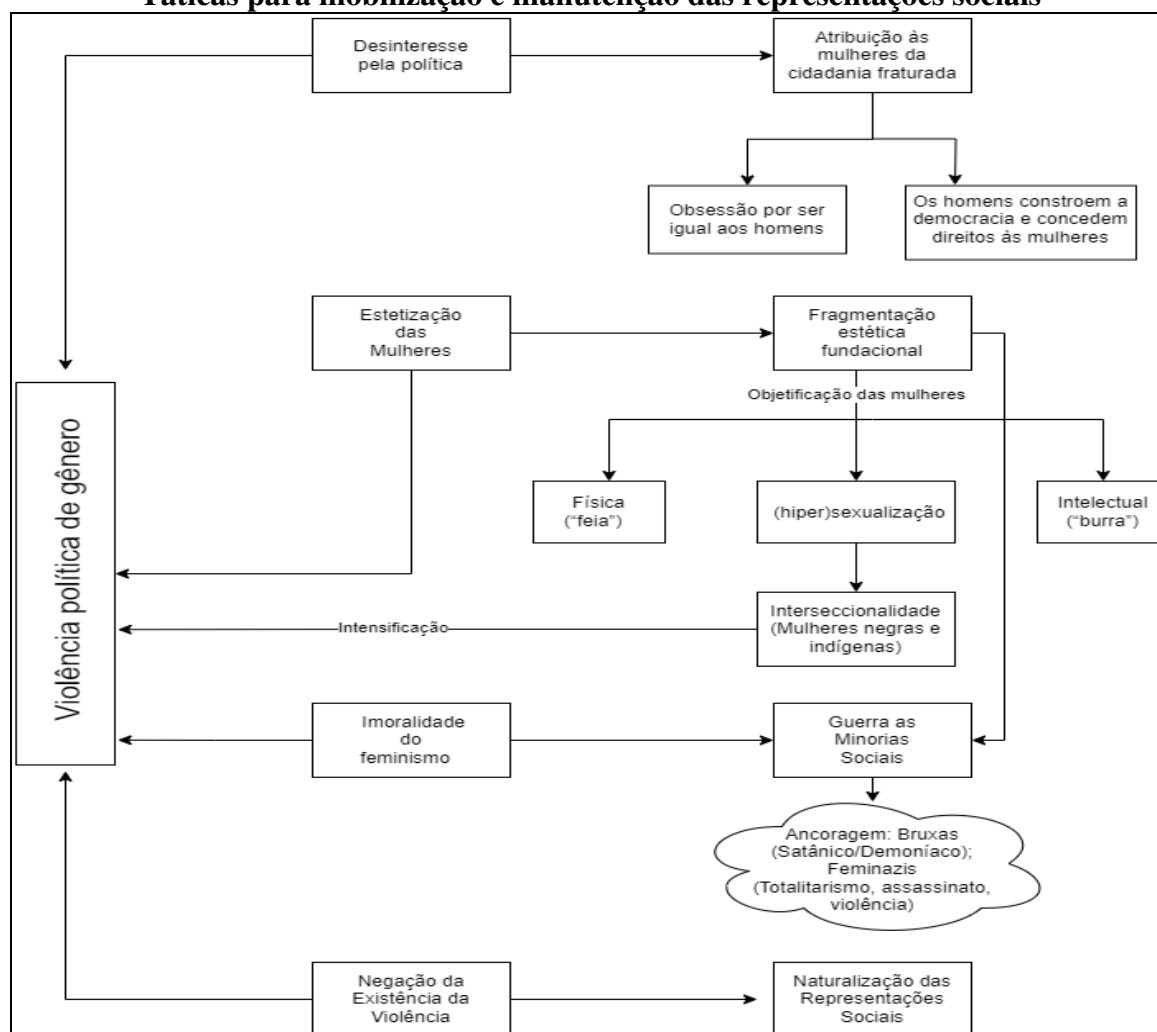
As representações sociais estabelecem sentidos compartilhados pela linguagem entre pessoas e grupos. No caso das representações sociais observadas em comentários antifeministas na internet, estas representações julgam as mulheres como desinteressadas, limitam elas por meio da estetização, acusam elas de imoralidade e negam a realidade da violência sofrida. Ainda, estas representações se transformam em ação quando não se limitam a repercutir ideias, mas buscam intimidá-las por meio de ameaças ou violência direta.

Em síntese, ao longo da escrita, os comentários antifeministas nas redes sociais são analisados para entender como são representadas as mulheres feministas na política, revelando narrativas que buscam restringir sua participação. Quatro narrativas se destacam: (a) desinteresse das mulheres na política formal, (b) estetização das mulheres políticas, (c) acusação de imoralidade do feminismo e (d) negação da violência política de gênero. Essas representações, ancoradas em estereótipos de gênero, reforçam a divisão sexual do trabalho e visam deslegitimar a participação das mulheres na esfera política. Além disso, há uma tentativa de associar o feminismo a uma expressão de desordem e a eventos históricos violentos, como a Caça às Bruxas e ao Nazismo, para desqualificar as lutas



feministas. Essas representações contribuem para a manutenção das estruturas de opressão de gênero e buscam deslegitimar os direitos das mulheres. Propomos a figura 1 como representação gráfica desses elementos.

**Figura 1 - Mulheres na Política:
Táticas para mobilização e manutenção das representações sociais**



Fonte: Elaboração própria.

CONCLUSÕES

Neste artigo, buscamos analisar comentários difundidos em mídias sociais para compreender as representações sociais mobilizadas por antifeministas sobre a participação das mulheres feministas na política. Para tanto, utilizamos o método da etnografia na internet, por meio dos registros em Diário de Campo.

Percebemos que apesar da diversidade inscrita na realidade digital, há saberes sobre política, mulheres e feminismo que se repetem e reforçam na constituição de uma noção imaginária negativa



compartilhada por grupos antifeministas. Como consequência, representações sociais negativas (hiperrepresentações) sobre feministas terminam por predominar pensamentos, atitudes e práticas preconceituosos, estereotipados e carregados de violência.

Segundo eles, mulheres possuem desinteresse pela política, o que pode ser atribuído à noção da divisão sexual do trabalho, que supõe que as mulheres possuem interesse exclusivo pelo ambiente doméstico e os temas da reprodução da vida. Ademais, quando inseridas no espaço político, as mulheres são submetidas a uma narrativa de estetização. As mulheres são objetivadas em uma única imagem do que seria atrativo aos olhos masculinos, então são categorizadas, e se não correspondem a esta imagem têm sua imagem degradada, quando correspondem, têm seus corpos sexualizados. Mulheres negras e indígenas na política têm sua identidade racial e étnica violentada também por meio da narrativa de estetização. Ainda, mulheres são deslegitimadas em seu intelecto ao ocuparem espaços políticos.

Há uma representação de imoralidade associada ao feminismo. As representações antifeministas compartilhadas na internet objetificam as mulheres feministas na figura da bruxa, subversivas, malévolas, manipuladoras, estando a serviço do caos, sem princípios norteadores. Ainda, a luta política feminista é ancorada no Nazismo, sendo entendida como totalitária, opressora e violenta. Por fim, um elemento utilizado para deslegitimar a denúncia feminista da violência política contra mulheres é a negativa da existência da violência e a suposição que mulheres não possuem uma percepção adequada e coerente da realidade. Desta forma, o feminismo como saber social é ancorado em dois dos eventos mais violentos da história humana a caça às bruxas e ao Nazismo na Segunda Guerra Mundial.

Destacamos que pela multiplicidade de perfis feministas na internet e pelo volume de postagens e comentários, reconhecemos a limitação da pesquisa ao não ter sido capaz de contemplar a totalidade das expressões de violência antifeminista contra mulheres feministas na política ocorridas no período. Os registros refletem as escolhas das pesquisadoras dos espaços que consideraram importantes de se estar presente na etnografia.

REFERÊNCIAS

ALMAZOR, M. G.; CANTELI, M. J.; CONGOSTO, M. “New approaches to the propagation of the antifeminist backlash on Twitter”. *Investigaciones Feministas*, vol. 11, n. 2, 2020.

ARRUDA, A. “Despertando do pesadelo: a interpretação”. In: SOUSA, C. P. *et al.* (eds.). **Angela Arruda e as representações sociais**. São Paulo: Editora Carlos Chagas, 2014.

BAUER, M.; AARTS, B. “A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos”. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (eds.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.



BELELI, I. “Antifeminismos: os efeitos dos discursos de ódio”. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 38, 2022.

BELTRÁN, S. A.; MORALES, S. S.; CONDE, M. H. “Fascismo digital para bloquear la participación y la deliberación feminista”. **Teknokultura. Revista de Cultura Digital y Movimientos Sociales**, vol. 20, n. 1, 2023.

BERNAL-TRIVIÑO, A.; SANZ-MARTOS, S. “Las Periodistas Paramos in Spain: Professional, feminist Internet activism”. **European Journal of Communication**, vol. 35, n. 4, 2020.

BONET-MARTÍ, J. “Análisis de las estrategias discursivas empleadas en la construcción de discurso antifeminista en redes sociales”. **Psicoperspectivas individuo y sociedad**, vol. 19, n. 3, 2020.

BRAVO-VILLASANTE, M. Á. “Radicalización violenta y misoginia extrema: narrativas antifeministas en la manosphere”. **Global Media Journal Mexico**, vol. 20, n. 38, 2023.

CERNA, D. C. “La protesta feminista en México. La misoginia en el discurso institucional y en las redes sociodigitales”. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, n. 240, 2020.

CRENSHAW, K. “Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”. **The University of Chicago Legal Forum**, n. 1, 1989.

DANIELE, G.; DIOPPA, G.; PULEJO M. “Attacking Women or their Policies? Understanding Violence against Women in Politics”. **BAFFI CAREFIN Centre Research Paper** n. 207, 2023.

460

FALUDI, S. **Backlash: O contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2001.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, S. **Mulheres e caça às bruxas**. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

FEDERICI, S. **O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

GOSWAMI, I. *et al.* “Gender And Politics: Examining Women's Representation And Empowerment”. **Journal of Namibian Studies: History Politics Culture**, vol. 33, 2023.

HINE, C. **Ethnography for the Internet: Embedded, Embodied and Everyday Internet**. Londres: Routledge, 2015.

HINE, C. **Etnografia Virtual**. Barcelona: Editorial UOC, 2004.

LEWIS, R.; ROWE, M.; WIPER, C. “Online abuse of feminists as an emerging form of violence against women and girls”. **British Journal of Criminology**, vol. 57, n. 6, 2017.

LIMBAUGH, R. **The Way Things Ought to Be**. New York: Pocket Books, 1992.

MARKOVÁ, I. **Dialogicidade e Representações Sociais: as dinâmicas da mente**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.



MARTINS, R. A. **O universo**: teorias sobre sua origem e evolução. São Paulo: Editora Moderna, 1994.

MATOS, M. “A violência política sexista, racista e interseccional: mapeando conceitos da violência política contra mulheres”. *In*: D’ÁVILA, M. (eds.). **Sempre foi sobre nós**: relatos de violência política de gênero no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2022.

MAZZOTTI, A. J. A.; CAMPOS, P. H. F. “Cibercultura: uma nova ‘era das representações sociais’”. *In*: ALMEIDA, A. M. O. *et al.* (eds.). **Teoria das Representações sociais - 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2019.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005.

NAZ, M; MUSHTAQ, A.; SIKANDAR, A. “Consequences of Political Obstacles on Women Political Empowerment in Local Governance of Multan Division”. **International Journal of Contemporary Issues in Social Sciences**. vol. 3, n. 1, 2024.

OSWALD, S. E. S. “Gender Based Political Violence Against Women in Mexico from a Regional Perspective”. **Asia-Pacific Journal of Regional Science**, vol. 7, 2022.

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. 2ª ed. São Paulo: Paz & Terra, 2020.

PINHO, T. R. “Debaixo do Tapete: A Violência Política de Gênero e o Silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados”. **Revista Estudos Feministas**, vol. 28, n. 2, 2020.

ROCHA, J. “Feminismo Antiproibicionista: uma rede de afetos e cuidados e o compromisso com a reparação histórica”. **Boletim dDe Conjuntura (BOCA)**, vol. 8, n. 22, 2021.

SOTO, C. A. A.; SÁNCHEZ, K. D. V. “Internet violence against chilean feminists and other activists”. **Revista Estudos Feministas**, vol. 27, n. 3, 2019.

WIGDOR, G. B.; MAGALLANES, M. L. “Argentine hetero-hegemonic masculinity and its strategy from cyberactivism”. **Multidisciplinary Journal of Educational Research**, vol. 7, n. 1, 2018.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VI | Volume 18 | Nº 52 | Boa Vista | 2024

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima